


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: 1002683-51.2017.8.26.0566  
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerentes: **Flávia Maria Marino, Fernanda Helena Marino Ribeiro e s/m Daniel Augusto dos Santos, Francine Elene Marino Ribeiro, e Fernando Antonio Ribeiro e s/m Elizangela Fregonezi Diniz Ribeiro**  
 Requerido : **Fernando Antonio Gonçalves da Costa Ribeiro**, RNE W449497-Y, CPF 046.481.538-04, nascido em Cerva-Portugal em 23/04/1937, filho de Bruno Ribeiro e de Helena da Costa Pereira, falecido em 23/11/2015.  
 Requerente autorizada ao saque: **Flávia Maria Marino**, brasileira, viúva, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 115.640 (em causa própria), RG 17.389.654-SSP/SP, CPF 101.157.368-75, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Francisco Zavaglia, nº 126, Jardim Cardinalli, CEP 13569-590

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes informam que seu marido e genitor **Fernando Antonio Gonçalves da Costa Ribeiro**, faleceu em 23/11/2015. O inventário relativamente aos bens deixados pelo falecido foi realizado através de escritura pública lavrada pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de Água Vermelha, em 22/01/2016. Em dezembro de 2016, tomaram conhecimento da existência de três (3) carteiras de ações pertencentes ao falecido no Banco Bradesco S/A: **1) 732 ações** tipo PA da VALE S/A (código do investidor: 00010171159); **2) 13 ações** tipo ON e **13 ações** tipo PN da TELEFÔNICA BRASIL S/A (código do investidor: 00010982538); **3) 33 ações** tipo ON da TIM PARTICIPAÇÕES S/A (código do investidor: 00010982538). Pedem alvará para alienação e transferências das referidas ações em nome do falecido. Mandatos à fl. 03. Documentos diversos às fls. 04/36.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

A legitimidade dos requerentes pleitearem a alienação e transferências das ações discriminadas às fls. 22/23 decorre do passamento de seu marido e genitor Fernando Antonio Gonçalves da Costa Ribeiro, ocorrido em 23/11/2015, fato demonstrado através da certidão de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

óbito constante dos autos (fl. 10), e nela consta que o falecido era casado, deixou bens mas não deixou testamento conhecido. O inventário relativamente aos outros bens deixados pelo falecido foi realizado através de escritura pública lavrada pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de Água Vermelha, em 22/01/2016, remanescendo tão só em nome do falecido as referidas ações.

Os requerentes são viúva, filhos, genro e nora do falecido, portanto, cônjuge supérstite e herdeiros necessários e hábeis a pleitearem essa alienação e transferência (art. 1.784 c.c. o inciso I e III, do art. 1.829, todos do Código Civil). A requerente-autorizada ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesses bens, de acordo com o artigo 272, do CC.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

**DEFIRO** o pedido inicial e concedo **ALVARÁ** em nome do Espólio de **Fernando Antonio Gonçalves da Costa Ribeiro**, a ser representado pela requerente **Flávia Maria Marino** (qualificados no cabeçalho desta sentença), para alienar e transferir as três (3) carteiras de ações pertencentes ao falecido no Banco Bradesco S/A: **1) 732 ações** tipo PA da VALE S/A (código do investidor: 00010171159); **2) 13 ações** tipo ON e **13 ações** tipo PN da TELEFÔNICA BRASIL S/A (código do investidor: 00010982538); **3) 33 ações** tipo ON da TIM PARTICIPAÇÕES S/A (código do investidor: 00010982538). A autorizada poderá receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo. Prazo de validade do alvará: 180 dias. Esta sentença valerá como instrumento de **ALVARÁ** para os fins aqui expressos, competindo à requerente-autorizada (advogada em causa própria) materializar esta sentença/alvará assim que publicada no autos.

A requerente-autorizada ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesse bem, de acordo com o artigo 272, do CC.

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 22 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760